



PODER

Gov. amarga dura derrota no Congresso

Em votação acelerada, Senado e Câmara dos Deputados aprovam projeto que anula decreto do Executivo sobre aumento do IOF

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

O Congresso impôs dupla derrota ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Por 383 votos contra 98, a Câmara aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 214/2025 que anula o Decreto Federal nº 12.466/2025, responsável por aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Em seguida, o texto foi apreciado pelo Senado, onde também foi aprovado por votação simbólica, seguindo orientação do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP). Agora, vai para a promulgação. O Planalto avalia judicializar o caso.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), afirmou que, com a derrubada do decreto, o governo federal terá de contingenciar cerca de R\$ 12 bilhões no Orçamento ainda neste ano, afetando diretamente áreas sociais. "Isso vai significar corte no Minha Casa Minha Vida, na educação, na saúde. O governo fez um esforço de contingenciar R\$ 30 bilhões, sendo R\$ 20 bilhões com o IOF. Sem isso, não há alternativa a não ser cortar mais", alertou. Já o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), reclamou que a Casa não cumpriu os acordos firmados e protestou contra a **pressa** para a apreciação do texto. "Registro minha insatisfação com a votação tão acelerada dessa matéria."

Mesmo partidos que compõem a base governista votaram a favor da revogação do decreto presidencial. Representando o União Brasil, o deputado Pauderney Avelino (AM), vice-líder do partido, disse que apesar da votação da legenda "não era contra o governo, mas a favor do povo", e criticou o impacto do decreto sobre a população.

Segundo o relator da proposta, deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO), a estimativa de arrecadação com o IOF era de R\$ 61 bilhões em dois anos — R\$ 20 bilhões em 2025 e R\$ 41 bilhões em 2026. "Ao avançarmos no mérito, ressoa evidente que a intenção motriz das alterações infralegais promovidas pelo governo federal se escora em interesses essencialmente arrecadatórios", destacou. "É oportuno lembrar que a majoração do IOF se desenrolou em capítulos subsequentes, iniciados pelo Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025, e

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Na votação na Câmara, o projeto foi aprovado por 383 votos a 98: governo se disse surpreso com a marcação da análise em plenário

Semana esvaziada

Articuladores políticos do governo e até da oposição foram pegos de surpresa pela decisão do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), de pautar o PDL em uma sessão semipresencial, em meio a uma semana esvaziada no Congresso com o rescaldo das festas de são-joão. Ele fez anúncio, na noite de terça-feira, em rede social.

ajustados pelo Decreto nº 12.467, de 23 de maio. [...] A cobrança de tributos pelo Estado, embora necessária para a estruturação e prestação dos serviços públicos, representa uma forma de agressão ao patrimônio e à liberdade dos indivíduos", afirmou o relator.

Saiba mais

Sob pressão

O presidente da Câmara, Hugo Motta, teria sido pressionado por colegas em meio ao mal-estar provocado por novas declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e por ação do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que estaria retardando o pagamento de emendas parlamentares. O governo até havia começado a liberar novas emendas, mas não impediu o revés.

Antes da votação na Câmara, após a base governista tentar barrar a análise da proposta com dois requerimentos — ambos rejeitados —, o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), reagiu. Para ele, a aprovação do PDL "não representa

uma derrota do governo Lula, mas, sim, uma derrota do Brasil".

"Existe um discurso falacioso e mentiroso de que o governo é gastador e cobrador de impostos, mas isso não é verdade. Se há um governo que teve responsabilidade fiscal nos últimos dois anos, é o governo do presidente Lula, que não promoveu nenhuma ganância como o anterior. Portanto, o IOF não é para taxar os mais pobres. É, antes de tudo, cobrar dos sonegadores", argumentou Guimarães.

A votação pelo Congresso, segundo a base governista, foi de "surpresa", após o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pautar a matéria por meio de uma postagem no X, às 23h35 da última terça-feira. Já a oposição afirma que a pauta estava prevista desde a semana passada, após comunicado em reunião com líderes da Casa.

O episódio gerou embate entre os líderes do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante, e o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), que

defenderam seus pontos de vista. Para Lindbergh, a votação "pegou a todos de surpresa" e não "houve diálogo" sobre a movimentação.

Ele questionou o fato de o relator do projeto ser o deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO), membro da oposição, ter sido o escolhido, e encarou como "provocação" por parte da oposição: "Designar um bolsonarista histriônico para relatar essa matéria é uma provocação infantil. Mostra que não há espaço para diálogo".

Prejuízo

Horas antes da votação, a ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann, alertou para o impacto da derrubada do decreto nas contas públicas, prejudicando até os parlamentares.

"A derrubada dessa medida exigiria novos bloqueios e contingenciamentos no Orçamento, prejudicando programas sociais e investimentos importantes para o

Entenda o caso

O impasse em torno do aumento do IOF — com forte embate entre Executivo, Legislativo e setor privado — rendeu, em menos de um mês, três decretos diferentes do governo, num vácuo de medidas.

O primeiro decreto foi publicado em 22 de maio, quando o governo elevou a alíquota sobre o IOF de empresas, previdência privada e operações de câmbio. Após pressão do setor financeiro, no mesmo dia, o governo desistiu da tributação de aplicações de fundos brasileiros no exterior, publicando um novo decreto.

Após fortes críticas do Congresso e do setor privado, em 11 de junho, o governo anunciou um terceiro decreto com mais recuos no IOF e uma medida provisória com propostas alternativas de compensação. Entre as propostas, estava a taxa das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e do Agronegócio (LCA), antes isentas, em 5%. Já títulos públicos e CDBs teriam alíquota única de IR de 17,5%, independentemente de prazo de aplicação.

país, afetando, inclusive a execução das emendas parlamentares. É hora de pensar primeiro no país, que precisa continuar crescendo e buscando justiça social e tributária", escreveu Gleisi.

Ela divulgou uma nota detalhando os impactos da derrubada. Segundo ressaltou, a decisão do Congresso vai reduzir a receita de 2025 em R\$ 10 bilhões, e a de 2026 em até R\$ 30 bilhões, colocando em risco o cumprimento da meta de resultado primário nos dois anos.

O valor de R\$ 10 bilhões terá que ser bloqueado do Orçamento atual e pode paralisar programas como o Auxílio Gás, Assistência Social, Minha Casa Minha Vida, Pé-de-Meia, entre outros. Já sobre as emendas, Gleisi afirmou que terão que ser contingenciados mais R\$ 2,7 bilhões em 2025, e R\$ 7,1 bilhões em 2026, ano eleitoral.

De manhã, Gleisi recebeu líderes do Congresso para discutir a situação e tentar evitar a derrota. (Colaboraram VC e VO)

Lula sai em defesa de Haddad e de medidas fiscais

» VICTOR CORREIA
» VANILSON OLIVEIRA

Horas antes da contundente derrota no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus auxiliares reagiram à votação "surpresa" do PDL para a derrubada do decreto que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O governo esperava ter mais tempo para negociar e tentar evitar uma derrota, mas a pressão de deputados sobre o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e a insatisfação com a equipe econômica levaram a uma reviravolta na discussão.

Durante evento pela manhã, Lula saiu em defesa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e negou que seu governo esteja agindo para aumentar a carga tributária.

Já seus ministros voltaram a defender a tese de que o pacote fiscal anunciado visa taxar apenas os mais ricos e trazer justiça tributária à economia.

"Tem uma hora que a gente tem que deixar os nossos interesses individuais de lado e pensar um pouco neste país. Vocês sabem da seriedade com que o Haddad trata a economia. Vocês sabem que nós estamos há quase três anos tentando consertar a economia", discursou o chefe do Executivo.

Haddad virou alvo prioritário de parlamentares, investidores e alguns setores econômicos pelas medidas fiscais que apresentou. O Executivo argumenta que a elevação dos impostos mira a camada mais rica da população, corrigindo distorções tributárias.

"Agora, é importante a gente

saber que a gente precisa cuidar deste país. Não é jogar a responsabilidade no Congresso Nacional, ou jogar no presidente da República. É jogar em nós. Antes de eu perguntar 'o que que o Lula fez?', eu tenho que perguntar 'o que que eu estou fazendo?'. A nossa carga tributária hoje é menor do que em 2011. Mesmo assim, eu estou cansado de ouvir empresário falar da carga tributária", disse Lula. Ele argumentou ainda que falta "compreensão e acreditar no país". Resaltou que não precisa de nenhum técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI) para dizer o que é responsabilidade fiscal.

Parlamentares sinalizam que não vão aceitar medidas que aumentem impostos e pressionam para que o governo corte gastos de programas como o Bolsa Família.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Haddad virou alvo prioritário de parlamentares e investidores



Vocês sabem da seriedade com que o Haddad trata a economia. Vocês sabem que nós estamos há quase três anos tentando consertar a economia"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República